

O impasse cidadanista

Contribuição para a
crítica do cidadanismo

Alain C., 2001

L'IMPASSE CITOYENNISTE

Contribution à une critique du citoyennisme

Alain C., avril 2001.

FR / <https://infokiosques.net/spip.php?article443>

PT / <https://comunismo.wordpress.com/o-impasse-cidadanista/>

O impasse cidadanista

Contribuição para a crítica do cidadanismo

“Se a lógica da falsa consciência não pode reconhecer-se veridicamente a si própria, a procura da verdade crítica sobre o espectáculo deve ser também uma crítica verdadeira. É-lhe praticamente necessário lutar entre os inimigos irreconciliáveis do espectáculo e admitir estar ausente lá onde eles estão ausentes. São as leis do pensamento dominante, o ponto de vista exclusivo da actualidade, que reconhece a vontade abstracta da eficácia imediata, quando ela se lança nos compromissos do reformismo ou da acção comum dos resquícios pseudo-revolucionários. Aí, o delírio reconstitui-se na própria posição que pretende combatê-lo. Pelo contrário, a crítica que vai para além do espectáculo deve saber esperar.”

Guy Debord, *Sociedade do Espectáculo*.

As teses apresentadas a seguir não pretendem ser a última palavra sobre o tema que tratam. Dão, antes, um conjunto de pistas que nalguns casos poderão ser seguidas, aprofundadas e, noutros, simplesmente abandonadas. Se conseguirmos fornecer alguns pontos de referência (históricos, etc.) a uma crítica que continua à procura de si mesma alcançaremos plenamente o nosso fim.

De igual forma pensamos que nem este texto nem nenhum outro poderá, apenas pela força da teoria, derrubar o cidadanismo. A verdadeira crítica do cidadanismo não se fará sobre o papel mas será o resultado de um movimento social que deverá conter forçosamente esta crítica o que não será, obviamente, o seu único mérito. A ordem social na sua totalidade será posta em questão através do cidadanismo, precisamente porque o contém.

O momento parece-nos adequado para iniciar esta crítica. Se o cidadanismo, no seu começo, conseguiu manter uma certa confusão em redor daquilo que

realmente era, hoje em dia, contudo, vê-se obrigado pelo seu próprio êxito a avançar cada vez mais de cara descoberta e a mais ou menos curto prazo deverá mostrar o seu verdadeiro rosto. Este texto trata de antecipar este desmascaramento, para que pelo menos não nos apanhe desprevenidos e saibamos reagir de forma apropriada.

I- Definição prévia

Limitar-nos-emos a dar uma definição introdutória do cidadanismo, ou seja, uma definição que se centrará apenas no que é mais evidente. O objectivo deste texto será começar a defini-lo de maneira mais precisa.

Por cidadanismo entendemos em princípio uma ideologia cujos traços principais são 1) a crença de que a democracia é capaz de se opor ao capitalismo 2) o projecto de reforçar o Estado (ou os Estados) para pôr em marcha esta política 3) os cidadãos como base activa desta política.

A finalidade expressa do cidadanismo é humanizar o capitalismo, torná-lo mais justo, proporcionar-lhe, de alguma forma, um suplemento de alma. A luta de classes é substituída aqui pela participação política dos cidadãos, que não só devem eleger os seus representantes como também actuar constantemente para fazerem pressão sobre eles, com o fim de aplicarem aquilo para que foram eleitos. Naturalmente os cidadãos não devem em caso algum substituir os poderes públicos. Podem, de vez em quando, praticar aquilo a que Ignacio Ramonet chamou “desobediência cívica” (e não “civil”, termo que recorda com incomodidade excessiva a “guerra civil”), para obrigarem os poderes públicos a mudar de política.

O estatuto jurídico de “cidadão”, entendido simplesmente como dependente da jurisdição de um Estado, adquire um conteúdo positivo, até mesmo ofensivo. Enquanto adjectivo, “cidadão” descreve em geral tudo o que é bom e generoso, aplicado e consciente das suas responsabilidades e de forma mais geral, como se dizia antes, “social”. É neste sentido que podemos falar de “empreendimento cidadão”, de “debate cidadão”, de “cinema cidadão”, etc.

Esta ideologia manifesta-se através de uma profusão de associações, de sindicatos, de órgãos de imprensa e de partidos políticos. Em França temos associações como a ATTAC, os amigos do “*Le Monde Diplomatique*”, AC! (actuar juntos contra o desemprego), *Droit au Logement* (direito a abrigo),

APOC (objectores de consciência), *La Ligue des Droits de l'Homme* (liga dos direitos humanos), a rede *Sortir du Nucléaire* (Sair do nuclear), etc... Vale a pena salientar que a maioria das pessoas que militam no seio deste movimento fazem muitas vezes parte de várias associações ao mesmo tempo. No plano sindical temos a CGT (vinculada ao Partido Comunista Francês), a SUD (fundada por trotskistas), a *Confédération Paysanne*, a UNEF (União Nacional dos Estudantes de França) etc. Quanto aos partidos políticos estão representados pelos partidos trotskistas e pelos Verdes. No entanto, os partidos políticos têm um estatuto distinto, mas deixaremos esta questão para mais tarde. Na extrema esquerda do cidadanismo podemos incluir a *Fédération Anarchiste*, a CNT e os anarquistas antifascistas, que na maioria dos casos andam a reboque dos movimentos cidadanistas para acrescentarem o seu grão de areia libertário, mas que se encontram de facto neste mesmo terreno.

À escala mundial temos movimentos como o Greenpeace, etc. e todos aqueles sindicatos, associações, *lobbys* terceiro-mundistas, etc. que se reuniram em Seattle.

Seria aborrecido dar aqui uma lista completa – o importante é que todos estes grupos se encontram ideologicamente no mesmo terreno, com variantes locais. O cidadanismo é agora um movimento mundial que repousa sobre uma ideologia comum. De Seattle a Belgrado, do Equador a Chiapas, assistimos ao auge do dito movimento e trata-se agora, tanto para ele como para nós, de saber que caminho empreenderá e até onde pode chegar.

II- Premissas e fundamentos

As raízes do cidadanismo devem procurar-se na dissolução do velho movimento operário. As causas desta dissolução encontram-se tanto na integração da velha comunidade operária como no fracasso manifesto do seu projecto histórico, que se manifestou sob formas extremamente diversas (digamos, do marxismo-leninismo aos conselhistas). Este projecto apelava, nas suas diversas manifestações, a que o proletariado retomasse o modo de produção capitalista, modo de produção de que é filho e por conseguinte herdeiro. O crescimento das forças produtivas, nesta visão do mundo, também era a marcha para a revolução, o movimento real através do qual o

proletariado se constituía como futura classe dominante (a ditadura do proletariado), dominação que conduzia posteriormente (após uma problemática “fase de transição”) ao comunismo. O fracasso real deste projecto teve lugar durante os anos vinte e em 1936-38 em Espanha. O movimento internacional dos anos 60 (1968) tem sido com frequência considerado “o segundo assalto proletário contra a sociedade de classes”, depois daquele que teve lugar na primeira metade do século vinte.

Com a crise e o início da globalização na sua forma moderna, os anos 70 e depois os anos 80 marcam o ocaso e o desaparecimento deste projecto histórico. Esta globalização caracteriza-se pela crescente automatização, logo pelo desemprego em massa e pela deslocalização produtiva para os países mais pobres, que expulsou das fábricas o velho proletariado industrial dos países mais desenvolvidos. Observa-se, aqui, uma tendência empresarial para se “desfazer”, pelo menos formalmente, duma boa parte do sector produtivo para o relegar à subcontratação, para idealmente apenas se ocupar de marketing e de especulação. É o que os cidadanistas chamam a “financeirização do capital”. Uma empresa como a Coca-Cola não possui actualmente, de forma directa, praticamente nenhuma unidade de produção e contenta-se com a “gestão da marca”, com a frutificação do seu capital bolsista e com o “reinvestimento” através da compra dos concorrentes mais pequenos que anteriormente já havia forçado à deslocalização, etc. Há um duplo movimento de concentração do capital e de fragmentação da produção. Um carro pode ser composto por pára-choques fabricados no México, por componentes electrónicos de Taiwan sendo o conjunto montado na Alemanha enquanto os lucros circulam por Wall Street.

Quanto aos Estados, acompanham este processo de globalização desfazendo-se do sector público herdado da economia de guerra (desnacionalização), “flexibilizando” e reduzindo tanto quanto possível o custo do trabalho. Isto teve como resultado, em França, a lei das 35 horas que o movimento cidadanista – à esquerda e à direita, e tanto nas suas manifestações oficiais como não oficiais- tanto reclamou; o movimento de desempregados de 1998 e o PARE (Plano de ajuda para o regresso ao trabalho).

A chegada da esquerda ao poder em 1981 e o movimento de estudantes e de ferroviários em 1986, são pontos de referência que nos permitem situar o progresso desta dissolução e a substituição do velho movimento operário pelo cidadanismo no quadro da globalização.

O movimento de 1968, em França como no resto do mundo foi com efeito “o último assalto contra a sociedade de classes”. O seu fracasso marca a liquidação histórica daquilo que até esse momento foi o sonho da ascensão histórica do proletariado como proletariado, ou seja, como classe do trabalho. A autogestão e os conselhos operários foram o limite mais extremo deste movimento. Não nos arrependemos. Foi também toda uma contestação social muito mais ampla e multiforme que foi liquidada quando a pesada chapa de chumbo dos anos oitenta se abateu sobre o mundo.

Apesar de ainda se ouvir nas manifestações o slogan “é tudo nosso, nada é deles” isto é tal como sempre foi, exactamente contrário à realidade. Obviamente faz referência a uma ilusória “repartição da riqueza” (e de que riquezas podemos falar hoje?), mas provém directamente do velho movimento operário, que pretendia gerir ele mesmo o mundo capitalista. Nesta frase vislumbra-se um ressurgir, uma continuidade e uma tergiversação dos ideais do velho movimento operário (evidentemente no que tinha de menos revolucionário) por parte do cidadanismo. É o que se chama a arte de aproveitar os restos. Mais adiante voltaremos a este ponto.

O desaparecimento da consciência de classe e do seu projecto histórico, tornados caducos após o estilhaçamento e o parcelamento do trabalho, após o desaparecimento progressivo da grande fábrica “comunitária” assim como a precarização laboral (tudo isto resultado não de um complot que amordaça o proletariado mas do processo de acumulação de capital que conduziu à actual globalização) deixaram o proletariado afónico. Este chega, inclusivamente, a duvidar da sua própria existência, dúvida que foi atizada por grande número de intelectuais e pelo que Debord definiu como o “espectáculo integrado”, que não é mais do que a integração no espectáculo.

Perante esta ausência de perspectivas, a luta de classes apenas podia encerrar-se em lutas defensivas, às vezes muito violentas, como no caso da Inglaterra. Mas esta energia era sobretudo a energia do desespero. Também se pode salientar que esta perda de perspectivas se manifestou com frequência nas pessoas que viveram os anos 60-70, por um desespero pessoal muito real, levado às vezes até às suas últimas consequências, o suicídio ou o terrorismo.

O cidadanismo inscreve-se, pois, neste marco: enterrada a revolução, quando já nenhuma força se sentia capaz de empreender a transformação radical do

mundo e uma vez que a exploração seguia o seu curso, era necessário que alguma forma de contestação se expressasse. Esta foi o cidadanismo.

O seu acto oficial de nascimento pode situar-se no decurso da agitação de Dezembro de 1995 (em França). Este movimento, que nasceu sobre a base real da oposição à privatização do sector público e à degradação das condições de trabalho que se seguiu e à perda do próprio sentido do trabalho apenas podia manifestar-se, nesta situação, como defesa do sector público e não como questionar da lógica capitalista em geral, tal como se manifesta no serviço público. A defesa do dito sector implica, logicamente, que se considere que este está ou deveria estar fora da lógica capitalista. Não foi uma boa crítica que se fez a este movimento quando se lhe reprovou o facto de ser um movimento de privilegiados, ou simplesmente de egoístas com interesses meramente corporativos. Mas pode-se constatar que inclusivamente as acções mais generosas ou radicais deste movimento continham os mesmos limites. Abastecer gratuitamente todas as casas de electricidade é uma coisa, reflectir sobre a produção e o uso da energia é outra. Pode ver-se nestas acções que o Estado é concebido como uma comunidade parasitada pelo capital, capital que se interpõe entre os cidadãos-utentes e o Estado. O cidadanismo não diz outra coisa.

Podemos ver que o cidadanismo não poderia recuperar um movimento que fosse mais radical. Por agora, tal movimento simplesmente não existe. O cidadanismo desenvolve-se como ideologia produzida necessariamente por uma sociedade que não concebe perspectivas de superação.

Também podemos salientar que o movimento de 1995, data de nascimento do cidadanismo, foi um fracasso até mesmo nos seus limitados objectivos básicos. A privatização do sector público continua a seguir de vento em popa e tal sector pode, inclusivamente, situar-se na vanguarda da ideologia do privado enquanto empresa participativa com implicações na gestão, etc. Neste há despedimentos maciços, gera-se cada vez maior precaridade laboral- o chamado “trabalho-jovem”, suprimem-se postos de trabalho e sobrecarregam-se aqueles que restam. Também o sector público está em primeira linha no que respeita à aplicação da lei das 35 horas, quer dizer, à flexibilização. Uma vez mais, se tal for necessário, podemos ver que a lógica do Estado e a do capital não se opõem em absoluto, o que constitui uma das limitações internas do cidadanismo.

III- A relação com o Estado, o reformismo e o Keynesianismo

A relação do cidadanismo com o Estado é tanto de oposição como de apoio, de apoio crítico, digamos. Pode opor-se ao Estado, mas não pode prescindir da legitimidade que lhe oferece. Os movimentos cidadanistas devem converter-se rapidamente em interlocutores e, para isto, por vezes devem empreender acções “radicais”, ou seja, ilegais ou espectaculares. Trata-se tanto de se colocar na posição de vítima, de apanhar o Estado em falta (isto é, de opor o Estado ideal ao Estado real) e de chegar o mais rapidamente possível à mesa de negociações. A chegada dos CRS (Corpos de Segurança Republicanos, antidistúrbios) veio confirmar que os cidadãos foram ouvidos. Naturalmente, tudo isto deve acontecer sob o olhar das câmaras. Aqui a repressão é a precursora dos movimentos cidadanistas: o confronto já não é, como noutros tempos, o momento em que se mede a relação de forças mas consiste sim numa legitimação simbólica. Daí, por exemplo, o mal entendido entre René Riesel (ex-membro da Internacional Situacionista) e alguns outros da *Confédération Paysanne* (confederação camponesa) que pretendiam criar esta relação de forças e José Bové (e manifestamente a maior parte da *Confédération*), que através de uma acção espectacular pretendiam fazer do seu movimento um interlocutor com o Estado, o que de facto obtiveram parcialmente.

O próprio Estado aceita de boa vontade estas práticas e qualquer pessoa pode hoje fazer uma pequena manifestação, por exemplo, bloquear a periferia e ser recebido oficialmente logo a seguir para expor as suas reivindicações. Os cidadanistas indignam-se com este estado de coisas que contribuíram para criar, pensando que, ainda assim, não se deve “incomodar o Estado por ninharias”. Os interlocutores privilegiados vêm com maus olhos os parasitas e demais aves de rapina da democracia.

Deste modo, algumas práticas cidadanistas são promovidas directamente pelo Estado, como o demonstram as “conferências cidadãs” ou os “debates de cidadãos” com os quais o Estado pretende “dar a palavra aos cidadãos”. É interessante ver até que ponto este movimento se conforma com qualquer sucedâneo de diálogo, e está disposto a ceder em qualquer coisa desde que o escutem e que os especialistas tenham “atendido às suas inquietudes”. O

Estado joga, aqui, o papel de mediador entre a “sociedade civil” e as instâncias económicas, do mesmo modo que os cidadãos farão de intermediários entre o programa do Estado (que não é mais do que a cadeia de transmissão da dinâmica do capital) revisto de forma crítica e a “sociedade civil”. Isto pôde ver-se com a lei das 35 horas. Os cidadanistas jogam aqui o papel outorgado anteriormente aos sindicatos no mundo do trabalho para tudo o que se denomina “problemas da sociedade”. A amplitude da mistificação mostra também a amplitude do campo da contestação possível, que se estendeu a todos os aspectos da sociedade.

Na sua relação com o Estado, os cidadanistas – pelo menos em França – começam a adoecer em consequência da sua vitória. Cada vez mais o movimento se cinde e se recompõe entre os que tendem a confiar no poder (à esquerda) e os mais radicais, que querem continuar a luta. Mas o programa essencial ficou delineado. Quando a esquerda chegar ao poder em quem mais poderiam votar? Fazem falta mais verdes no governo, ou devem estes retirar-se do poder para exercerem mais favoravelmente o seu papel de oposição? Mas para que serve um partido político se não para entrar na arena democrática?

O cidadanismo é, pela sua própria constituição, incapaz de se concentrar num partido, pelo menos nas sociedades democráticas que conhecemos. Seria preciso uma ditadura ou uma democracia autoritária para que as aspirações da pequena e da média burguesia entrassem em ressonância com uma contestação mais ampla e lograssem organizar um partido democrático de oposição radical. Vimo-lo em Belgrado ou na Venezuela com o nacional-populismo de Chávez.. Nos sítios onde já existe democracia, pelo contrário, os partidos que representam as aspirações desta pequena e média burguesia já existem e é precisamente neste sistema de partidos, que grande parte dos cidadanistas já não se fia. Nos países mais desenvolvidos o cidadanismo concentra-se essencialmente em redor de um desejo de democracia mais directa, “participativa”, de uma democracia de “cidadãos”. Naturalmente não propõem nenhum modo de o conseguir e este desejo de democracia directa acaba, como sempre, diante das urnas ou na abstenção impotente.

Deste ponto de vista, os Verdes oferecem um espectáculo interessante uma vez que manifestam este limite do cidadanismo. Surgidos dos movimentos ecologistas dos anos 70, conseguiram manter-se à tona durante os anos 80. Mas continuam a basear-se no velho modelo de partido, uma forma hierarquizada que é oposta à natureza nebulosa das forças vivas do

cidadanismo. Devido à sua própria natureza corriam assim o risco de se encontrarem confrontados com a experiência real do poder, que foi o que acabou por suceder. De facto, este é o único risco político que correm os “reformistas”, o de governar. Militar neste quadro nem sempre está isento de consequências, como os Verdes puderam comprovar à sua própria custa.

O que permite contornar o risco é o “*lobbying*”. Os lobbies nunca exercem o poder de forma directa. Por isso não se lhes pode imputar os “fracassos” do Estado. O militantismo do “*lobbying*” não tem fim, em todos os sentidos do termo. Há aqui algo enormemente satisfatório para as pessoas que desejem compromissos sem correr demasiados riscos políticos. Num *lobby* todos se encontram “entre os seus”, não é preciso procurar uma base social como ocorre com os partidos clássicos usando meios mais ou menos demagógicos. Todos podem com toda a tranquilidade mostrar-se “radicais”. Podem fazer tranquilamente de conselheiro crítico do Príncipe sem ter de enfrentar as dificuldades de governar. Podem lamentar eternamente a falta de “vontade política” em matéria nuclear, de imigração ou de saúde pública sem necessidade de considerarem minimamente o que um Estado pode efectivamente fazer no contexto capitalista.

Um dos exemplos mais delirantes disto é a inenarrável associação ATTAC. É mais do que sabido que a própria ideia de taxação das transacções bolsistas faz o economista mais estúpido contorcer-se a rir. Torna-se evidente que a aplicação num só Estado desta transacção o mergulharia numa profunda crise e que é visivelmente impossível a aplicação mundial desta medida. Salta à vista que inclusivamente no caso de uma organização como a OMC, tomada de um arrebatamento de loucura, preconizar esta medida, a recusa mundial seria tal que não lhe restaria mais remédio do que voltar a metê-la na gaveta. E para levar isto ao absurdo, se tal medida fosse aplicada seguir-se-ia automaticamente um aumento mundial da exploração, para corrigir as perdas.

Nada disto impede os economistas da ATTAC de apregoarem o assunto com gráficos e curvas, perante a indiferença divertida dos que exercem o poder. Estão dispostos a recebê-los de vez em quando para se rirem um bocado e sobretudo para mostrar até que ponto o Estado se mostra atento a todas as propostas que os cidadãos estejam dispostos a fazer. De todas as formas, há que conceder à ATTAC o mérito de ter introduzido numa disciplina tão sinistra como a economia esse elemento cómico de que ela carecia.

Vemos aqui que a sua impotência não é ainda um problema para o cidadanismo. Quase ninguém pensa em julgá-lo a partir dos seus resultados, uma vez que a urgência em obter resultados ainda se não fez sentir. Quando isso começar a fazer-se em grande escala, sem dúvida que já não lhe restará muito tempo.

Chegados a este ponto não podemos deixar de evocar a questão do “reformismo” cidadanista. Sabemos que os cidadanistas assumem de boa vontade este qualificativo. Percebe-se que querem, através do emprego deste termo, sugerir que são mais pragmáticos e mais realistas do que os malditos idealistas revolucionários. E efectivamente, podemos ver até onde chega o seu pragmatismo e o seu realismo com uma associação como a ATTAC.

De qualquer forma nós, pobres revolucionários, compensamos a nossa falta de pragmatismo com o mau hábito de julgar muito as coisas recorrendo à história, isto é, ao que realmente se produziu até agora. E somos forçados a constatar que o reformismo surge sempre nos momentos de crise do capitalismo. A Frente Popular, por exemplo, era reformista. Num momento em que a insurreição operária era generalizada, em que as fábricas estavam ocupadas, entre outras respostas, a Frente Popular dava férias pagas aos operários e às operárias, coisa que jamais tinha sido reivindicada. Keynes também era reformista, e a crise de 1929 teve algo a ver com isto. Contudo, actualmente não há greves insurreccionais, nem crises de investimento, nem baixas significativas do consumo. Inclusivamente a recente e relativa subida das taxas de juro, após uma década de descida contínua e o muito previsível “*debacle*” dos “valores tecnológicos”, são percebidos mais como uma consolidação dos mercados do que como um risco de crise. Não há actualmente nenhuma crise real do capital. Não deveria, pois, haver reformistas.

Por outro lado, todas as reformas empreendidas no capitalismo apenas tiveram como objectivo salvar o próprio capitalismo. Não há reformas anticapitalistas. Keynes não escondia que era um liberal, nem que queria salvar o sistema liberal posto em perigo pela crise de 1929.

Deveremos deter-nos aqui um instante sobre Keynes, apresentado pelo cidadanismo como o economista dos milagres, remédio para todos os nossos males. Antes de tudo, deve dizer-se que Keynes conhecia muito bem o capitalismo da sua época, uma vez que havia amealhado uma fortuna pessoal de 500.000 dólares dedicando unicamente uma hora e meia por dia a

transacções internacionais em divisas e bens, no tempo em que trabalhava para o governo inglês. Percebe-se que o Crack de 1929 não o tenha deixado indiferente.

O *Crack* de 1929 marca a entrada do capitalismo no seu período moderno. É o resultado da formidável expansão do século XIX, que parecia não ter limites, especialmente na América. O sonho americano chegava ao seu ponto cimeiro e ia acabar num pesadelo. Este sonho repousava sobre o espírito de iniciativa, na audácia empresarial dos herdeiros dos conquistadores do Oeste, mas foi abatido pela realidade do capitalismo, onde os investimentos não se fazem por gosto pelo risco ou por espírito de iniciativa, mas para obter lucros.

Tendo alcançado a sua maturidade, o capitalismo começava a estagnar e a perceber que o crescimento indefinido não era algo adquirido como se de uma lei natural se tratasse. Os investimentos diminuía, ou melhor, atingiam o descalabro. As teorias económicas clássicas postulavam que enquanto houvesse procura sempre haveria oferta, negligenciando o facto de que as empresas não produzem para fornecer bens mas para extrair a mais valia dessa produção. Foi neste contexto que Keynes interveio. O que era realmente necessário era o investimento, a saber, criar novos mercados, inventar novos produtos, entrar no mundo do consumo de massa. No contexto da crise, o Estado devia encarregar-se do esforço inicial, quer dizer: voltar a pôr, na medida do possível, as pessoas a trabalhar, estabelecer uma política monetária inflacionista e criar infra-estruturas como base sobre a qual o capital privado pudesse reinvestir. Quem fabricará automóveis, disse Keynes, se não há estradas suficientes?

De facto, o presidente Roosevelt já tinha começado a pôr em prática esta política sem o precioso apoio técnico que Keynes lhe traria mais tarde. Também não devemos esquecer que a crise de 1929 tinha trazido milhões de desempregados para a rua nem que as “vinhas da ira” começavam perigosamente a amadurecer.

Vemos, em todo o caso, que o keynesianismo é essencialmente liberal. Considera simplesmente que o liberalismo não se pode regular por si mesmo, que o simples jogo da oferta e da procura não é o motor que permita ao capital crescer indefinidamente e que é, assim, ao Estado que compete reconstruir as condições de crescimento para dar lugar posteriormente aos investidores privados. Em 1934 Keynes escreve numa carta ao New York Times: “Vejo o problema da recuperação económica da seguinte forma:

Quanto tempo necessitarão as empresas normais para acudir na ajuda à economia? A que escala, por que meios e durante quanto tempo os custos anormais do governo devem prosseguir, à espera da dita recuperação?” Pusemos anormais em itálico. Vê-se claramente que a ideia de Keynes não era de forma nenhuma a de um controle permanente e contínuo do capital privado pelo Estado ou por diversas instâncias internacionais. Keynes não era socialista.

De facto, estava tão longe do socialismo que em 1931 escreveu, com referência ao comunismo: “Como poderia adoptar uma doutrina que, preferindo o pão aos bolos, glorifica o proletariado fedorento em detrimento da burguesia e da *“intelligentsia”*, que apesar de todos os seus defeitos são a quintessência da humanidade e estão certamente por detrás de toda a obra humana?”. É verdade que a burguesia era, na altura, bem diferente daquilo em que se transformou e que ainda não sentia a necessidade de se lamentar, como o faz Viviane Forrester, sobre aquilo a que se convencionou chamar “o horror económico”.

Para terminar é necessário assinalar que as teorias de Keynes tinham os seus limites e que o capitalismo tem outros métodos para “relançar o investimento”. Dez anos após a crise de 1929, começava a guerra que iria devastar o mundo, dar uma chicotada inesperada ao progresso tecnológico e fazer entrar o mundo industrializado nos felizes anos do consumo de massas. De facto, o próprio Keynes deu a sua contribuição para este “relançamento do investimento” escrevendo um opúsculo intitulado Como financiar a guerra.

Os cidadanistas pretendem criticar o liberalismo valendo-se de Keynes. Uma vez que também nunca pretenderam ser anticapitalistas deduz-se daqui que, se são contra o liberalismo sem deixar de ser procapitalistas, estão a favor do que se chamou noutros tempos “socialismo”, quer dizer, capitalismo de Estado. Assim entende-se melhor a presença dos trotskistas nas suas fileiras. Mas, logicamente, também se defendem disto. É realmente complicado saber afinal, aquilo que querem.

Afirmamos que actualmente não há nenhuma crise capitalista e eles, naturalmente, afirmam o contrário. De facto, é necessário que haja uma crise para que sejam necessários. A crise é o elemento natural do reformismo. Pensavam que iam encontrar uma no sudeste asiático, mas esta crise era antes a prova de que o capitalismo aprendeu bem as lições de Keynes e que já não acredita que o liberalismo se possa regular sozinho. Tanto mais que a

crise asiática foi rapidamente sufocada, inclusive com algumas “consequências sociais”. Mas o capitalismo não se incomoda com as “consequências sociais”, desde que não seja posto radicalmente em questão. Não haverá mais keynesianismo social nem mais Trinta Anos Gloriosos. Isso também ficou para trás.

Se os cidadanistas podem falar de crise é porque o Estado falou primeiro dela. De há trinta anos para cá diz-se que a França está em crise. Esta “crise”, real no seu início, logo se tornou numa forma de justificar a exploração. Hoje em dia, é a “retoma” que joga este papel e os reformistas estão bem irritados. Ela obriga-os a reajustarem o seu discurso, sempre decalcado do Estado, e aqueles que nos falavam de uma crise mundial generalizada falam-nos, hoje, de “repartir os frutos do crescimento”. Onde está a coerência?

Onde estão, então, esses keynesianos antiliberais, esses reformistas sem reforma, esses estatistas que não podem participar no Estado, esses cidadanistas?

A resposta é simples: estão num beco sem saída, num impasse.

Pode parecer descabido afirmar que um movimento que ocupa tão manifestamente todos os âmbitos da contestação possa encontrar-se num impasse.

Alguns verão nisto uma afirmação gratuita, ditada por não se sabe bem que ressentimento. Contudo evocámos mais acima a decomposição e o desaparecimento de um movimento muito mais velho e dotado de uma base social infinitamente mais ampla e combativa, sem ter adoptado para isto nenhuma precaução oratória particular, tão evidente nos parece hoje este desaparecimento. Da mesma forma pensamos que outro movimento social é possível, sobre bases até agora inéditas.

IV. Cidadanismo e cidadãos

Quando Ignacio Ramonet fala de desobediência “cívica” e não de desobediência “civil” marca uma diferença, reveladora, que mostra a relação que existe entre o cidadanismo e a sua própria base. A palavra “civil” refere-se de forma objectiva e neutra ao cidadão de um Estado que não escolheu nascer nele. O termo “cívico” define o que corresponde a um bom cidadão, ou seja,

àquela pessoa que demonstra activamente que faz parte desse Estado. Como se pode comprovar, a diferença é essencialmente de carácter moral.

De facto, uma das forças do cidadanismo reside nesse carácter essencialmente moral, para não dizer moralizador. Passa facilmente da denúncia da “crise” para a proposta de “repartir os frutos do crescimento” sem ter em conta os factos e sem realizar nenhuma análise. O que conta é ter a posição mais “cívica” possível, ou seja, a mais generosa, a mais moral. E, claro, toda a gente se posiciona pela paz, contra a guerra, contra a “alimentação que prejudica a saúde”, pela “comida saudável”, contra a miséria, pela riqueza. Resumindo, mais vale ser rico e gozar de boa saúde em tempos de paz do que ser pobre e estar doente em tempos de guerra.

Num mundo que se situa energeticamente, um século depois de Nietzsche, para além do bem e do mal, o que mais se vende é a moral. Mas essa necessidade de consolo é impossível de satisfazer.

Podemos ver, por exemplo, o mal-estar que causou entre as fileiras dos cidadanistas o penoso assunto de Givers. Esta revolta teve a particularidade de ser ao mesmo tempo um ressurgimento arcaico da agitação operária e a manifestação de um desespero muito próprio dos tempos de hoje. Um cidadanista perguntava-se a partir das páginas do jornal “*Le Monde*”, durante o motim, se a acção dos operários da Cellatex podia ser qualificada de “acção cidadã”. Podemos responder: com uma navalha ao pescoço, totalmente perdidos, os operários assalariados de Givers não dispunham do optimismo nem da inquietude bem pensante própria dos leitores do “*Le Monde Diplomatique*”, não são cidadãos e não actuaram enquanto tal. A impotência que manifestaram os cidadanistas para actuar em tais circunstâncias, demonstra claramente que tipo de reacção poderiam ter noutras circunstâncias, a uma escala maior. Naturalmente não tardariam em apelar à repressão “dos maus cidadãos” em nome da democracia, do Estado de Direito e da moral. Com efeito, o discurso do cidadanista no “*Le Monde*” não se encaminhava para outro lado, uma vez que pretendia com o seu questionamento insidioso (totalmente objectivo, claro) cortar pela base qualquer simpatia que pudesse surgir e chamar à razão os cidadãos para prepararem a possível repressão (que não teve lugar, naturalmente, já que na situação actual os trabalhadores não tinham outra opção a não ser negociar). De qualquer maneira, é interessante ver como nesta mini-crise um cidadanista se apressa a propor os seus serviços de mediador ao Estado. O cidadanismo é potencialmente um movimento contra-revolucionário.

O exemplo mostra também que o cidadanismo é incapaz de reagir em presença de movimentos que não tenham sido criados por ele mesmo.

Por outro lado, é importante destacar que a base social do cidadanismo é muito mais ampla e difusa do que a formada por militantes de associações e de sindicatos.

O cidadanismo reflecte as preocupações de uma determinada classe média culta e de uma pequena burguesia que viu desaparecer os seus privilégios e a sua influência política na altura que desaparecia a antiga classe operária. A reestruturação mundial do capitalismo provocou a queda do velho capital nacional, e por conseguinte, a da burguesia que o possuía e das classes médias que esta empregava. A antiga sociedade burguesa do século XIX, cheirando ainda ao Ancien Régime (Antigo Regime) desapareceu por completo. A consolidação do Estado e a crítica da globalização actuam como nostalgia desse velho capital nacional e dessa sociedade burguesa, assim como a crítica das multinacionais não é senão a expressão da nostalgia dos negócios familiares. Uma vez mais lamentam-se de um mundo que se perdeu.

Um mundo que se perdeu duas vezes, uma vez que o termo “cidadão” também se refere à antiga denominação republicana, sem dúvida mais à do início da revolução burguesa do que à da Comuna de Paris (embora um recente filme interminável e voluntariamente anacrónico que trata o tema, pareça indicar que também se quer recuperar a Comuna). Mas esta revolução foi levada a cabo e nós vivemos no mundo que ela criou. Os *sans-culotte* ficariam bastante surpreendidos se vissem a transformação que sofreu a república que eles próprios ajudaram a construir, mas da mesma forma que é impossível tomar banho duas vezes no mesmo rio, os mortos nunca regressam. Não obstante, pode ser que futuros *sans-culottes* vestidos de Nike se ponham qualquer dia a passear pelas ruas de um moderno subúrbio.

Mediante o cidadanismo, as classes médias deserddadas reconstroem a sua identidade de classe perdida. De modo que um local “bio” pode apresentar-se como “um escaparate dos estilos de vida e do pensamento cidadão”. Cuidado! Fiquem sabendo que as pessoas que não comem “bio” não são “cidadãos”. Um jovem cidadanista pode, então, chegar a simplificar rapidamente as suas dúvidas sobre o proletariado: “que se pode esperar deles? Vão fazer compras ao Minipreço”.

Os cidadanistas não poderão, sobre as bases que ocupam actualmente, recuperar movimentos sociais mais radicais, uma vez que deles se encontram

visceralmente separados. Chegado o momento, apenas poderão oferecer ao Estado que defendem, uma garantia moral para a repressão. As pseudo-soluções que propõem perante uma situação de crise real aparecerão como o que realmente são, um meio para preservar a ordem existente. Quando importantes grupos de pessoas começarem a procurar respostas para as suas situações concretas, as oposições abstractas e sem fim entre Estado e Capital, “verdadeira” democracia e democracia que vivemos ou “economia solidária” e liberalismo serão insuficientes. Um movimento que surja de uma grande crise, quer dizer, do questionamento das próprias condições de existência, não aguentará estes jogos por muito tempo.

No entanto, os cidadanistas, já que estão lá, poderão ocupar durante um tempo o lugar da revolta, a qual poderia também tomar a forma de um nacionalismo exacerbado, nacionalismo que eles próprios terão alimentado e desenvolvido (actualmente já existem as premissas, por exemplo, a posição anti-americanista desenvolvida por José Bové e muitos outros). Não obstante, a crítica do capital globalizado, não tem face a ela a alternativa de voltar ao capital nacional, defendido pelo Estado. Se esta alternativa muito improvável entrasse em jogo, o mais provável é que se desencadeasse uma guerra.

Como podemos ver, nada garante que o próximo movimento social seja revolucionário. Em todo o caso, contribuirá para desmascarar definitivamente o cidadanismo, e pode ser que abra uma nova via para retomar o muito velho projecto de transformar o mundo, para além do Estado e do Capital.

V. Cidadanismo e revolução

Todo o velho movimento revolucionário se baseava em que os operários tomassem as rédeas do modo de produção capitalista, do qual se sentiam virtualmente donos, devido ao lugar efectivo que ocupavam na produção. A automatização e a precarização dos anos 70 pulverizaram este lugar efectivo, que correspondia a uma verdadeira relação entre o proletariado e a produção. Alguns radicais, como os *da Encyclopédie des Nuisances* ou Jacques Camatte (de *Invariance*) sentiram ou teorizaram a dita transformação. Contudo, não podiam sair da antiga concepção de revolução sem abandonar a própria revolução, e de facto, foi isso que aconteceu.

A Internacional Situacionista preconizava, apenas, que se “empregassem melhor as forças produtivas” para criar situações, pela via dos conselhos operários. Não viram (mas como poderiam vê-lo naquele momento?) que o modo de produção capitalista era capitalista e que a automatização que preconizavam não era um meio para libertar tempo e “viver sem tempos mortos e desfrutar sem entraves”, mas sim, apenas um modo de extrair lucro para o capital. E após a “contra-revolução” dos anos 70-80 simplesmente identificaram esta mesma produção, que os operários não puderam tomar, como a fonte de todos os problemas.

Em lugar de perceber o desaparecimento do velho movimento operário como uma nova condição de um movimento revolucionário nascente, e sobretudo como uma oportunidade para esse movimento, viveram-no como uma catástrofe. De facto, foi uma grande catástrofe para esse velho movimento operário, a sua certidão de óbito. A grande maioria da geração posterior aos movimentos de 68 perdeu-se no vazio ocasionado por essa derrota. E não pretendemos, de todo, reprovar-lhe isto, já que nem num dia nem em vinte anos se pode esquecer uma concepção vigente durante um século.

Hoje em dia, pode começar a fazer-se um balanço. Desde 1995, temos tido o duvidoso privilégio de poder observar como se reconstruía uma ideologia sobre as ruínas da revolução. Temos podido identificar rapidamente os novos aspectos da dita ideologia, mas demorámos muito mais tempo a perceber o seu aspecto arcaico, isto é, quão determinada estava pela história.

Anteriormente comentámos que o cidadanismo acomodava os restos do velho movimento revolucionário. O cidadanismo quer ser hoje “reformista” porque no fundo o velho movimento revolucionário não constituía uma superação do capitalismo mas apenas a sua gestão por parte da “classe ascendente”, que se julgava que fosse o proletariado. A “gestão operária” do capital converteu-se simplesmente em “repartição da riqueza” ou “taxação do capital”, com a produção desaparecendo atrás do lucro, do capital financeiro e do dinheiro. Um slogan francês proclama “*De l'argent, il y en a, dans les poches du patronat*” (o dinheiro está, é nos bolsos dos patrões). É verdade, mas em nome de quê deveria esse dinheiro chegar aos bolsos dos proletários, perdão, dos “cidadãos?”.

O velho movimento operário, já que não pôde levar à realização da comunidade humana reduz-se, de forma obscena e reveladora, a conseguir parte dos lucros capitalistas (embora seja importante comentar que se “só” se

pede dinheiro ao capitalismo é porque sabemos que não podemos esperar nada mais). É sem dúvida motivo suficiente para desalentar um velho revolucionário, um daqueles que achava que podia construir um mundo melhor. Mas se a crença de que se podia construir esse mundo mediante a gestão operária do capital já era uma ilusão, também o é acreditar que se pode obrigar o capitalismo a partilhar os seus lucros para máximo contentamento de todos os “cidadãos”, isto se supusermos que o seu dinheiro pode dar-nos felicidade. O cidadanismo aborda o centro de uma ilusão de um século, e essa ilusão de facto já morta nos factos, está a ponto de ser destruída.

“É tudo nosso, nada é deles”, proclamavam obstinados os manifestantes. Contudo o capital, essa massa de dinheiro que apenas pretende acumular-se mediante a dominação da actividade humana e, por conseguinte, mediante a transformação da dita actividade segundo as suas próprias regras, criou um mundo no qual “tudo é dele, nada é nosso”. E não se trata unicamente da propriedade privada dos meios de produção, mas também da sua natureza e dos seus objectivos. O capital não se limitou a apropriar-se de tudo o que era necessário para a sobrevivência da humanidade, o que constituiu o primeiro passo da sua dominação, mas transformou tudo isto, graças à industrialização e à tecnologia, de forma que, actualmente, quase nada se produz para ser consumido mas apenas para ser vendido. Produzir para satisfazer as nossas necessidades não pode vir do capitalismo. Não resta praticamente nada da actividade humana pré-capitalista. O mundo converteu-se realmente numa mercadoria.

O capital não é uma força neutra que “orientada” convenientemente possa engendrar a felicidade da humanidade da mesma maneira que provoca a sua perdição. Não pode “descontaminar da mesma maneira que contamina”, como pretendia um cidadanista ecologista, uma vez que o seu próprio movimento o conduz inelutavelmente a contaminar e destruir, ou seja, o movimento de acumulação e de produzir para a acumulação passa por cima de qualquer ideia de “necessidade”, assim como da necessidade vital que é para a humanidade, preservar o seu meio ambiente. O capital apenas obedece aos seus próprios fins, não pode ser um projecto humano. Não existe outra “globalização”. Diante dele não estão as necessidades da humanidade, mas sim a necessidade da acumulação. Se, por exemplo, se dedica a reciclar, o ramo que se criou para esse efeito fará tudo o que for preciso para ter sempre coisas para reciclar. A reciclagem, que não é mais do que outra forma de

produzir matérias-primas, cria sempre mais resíduos “recicláveis”. Além disso, contamina tanto como qualquer outra actividade industrial.

Para evitar confusões é importante esclarecer que não partilhamos a ideia um tanto paranóica que certos “radicais” difundem, segundo a qual o capital contaminaria para criar um mercado da descontaminação, ou que todo o dano causado pelo capitalismo engendraria mercados para regular esses mesmos danos, como faria um “bombeiro incendiário”. Não são poucos os danos que existem e que ninguém quer reparar simplesmente porque a sua reparação não constitui nenhum mercado. A prova disto é que a maioria das vezes os Estados devem assumir sozinhos os custos das descontaminações, o que pode conduzir a uma situação de conflito entre os Estados e as empresas, conflito que se torna visível no debate “quem contamina paga”. A verdadeira quadratura do círculo que o “capitalismo ecológico” deve resolver e o que realmente está em jogo nas “regulamentações ecológicas” é evitar os estragos e sobretudo os gastos, sem com isso afugentar os investidores.

Nunca se trata de não contaminar mas sim de saber quem deve pagar quando a contaminação é demasiado catastrófica e visível. O suposto “mercado da descontaminação”, contrariamente ao da reciclagem, não existe realmente, já que o único benefício que se pode conseguir é o de se conformar com determinadas regulamentações e não supõe nada mais do que um encargo para as empresas, encargo que lhes convém limitar o máximo possível. Ninguém quer despoluir, como se pôde comprovar recentemente na Conferência de Haia.

Poderíamos desenvolver ainda mais este tema, mas ultrapassaríamos as intenções deste texto. De qualquer forma fica claro que não se pode planear uma gestão “humana” da produção capitalista e ainda menos seguir com a dita produção tal como se encontra. Tudo está por reconstruir. A revolução será também o momento do “grande desmantelamento” e da recuperação sobre bases inéditas da actividade humana, actualmente quase dominada por completo pelo capital.

O velho movimento revolucionário manifestava o vínculo que unia capitalismo e proletariado. Até mesmo o mais explorado dos operários podia sentir-se depositário, através do seu trabalho, de um mundo futuro no qual o trabalho dominaria o capital. O Partido era ao mesmo tempo uma família e o gérmen de um estado operário, pelo que todos os chefes sindicais se podiam sentir vinculados à comunidade operária do presente e do futuro. As

transformações do modo de produção capitalista dos últimos vinte anos pulverizaram tudo isto , generalizando a separação dos indivíduos.

No transcurso da sua expansão o capitalismo teve de destruir as antigas comunidades de origem camponesas para criar a classe operária de que necessitava. E logo depois de a ter criado deve destruí-la outra vez, e fica com o problema de integrar milhões de indivíduos no seu mundo.

Os cidadanistas propõem uma resposta irrisória quando tentam reconstruir o vínculo que unia antigamente a “classe operária” mediante outro, que uniria os cidadãos, ou seja, o Estado. A vontade de reconstituir o dito vínculo através do Estado manifesta-se no nacionalismo latente dos cidadanistas. Substitui-se o capital abstracto e sem rosto por figuras nacionais, pelo bigode de José Bové ou pela reabilitação do hino czarista na Rússia (claro que neste caso não se trata de cidadanismo, mas da manifestação de um nacionalismo muito mais geral e igualmente sem nenhuma saída). Mas o Estado só pode propor símbolos e sucedâneos a esses vínculos, uma vez que o mesmo está saturado de capital, por assim dizer, e apenas pode agitar os seus símbolos no sentido que lhe dita a lógica capitalista à qual pertence.

Propor o “cidadão” como vínculo manifesta a existência de um vazio, ou melhor, é o mesmo que dizer que incumbe agora ao capitalismo, e unicamente a ele, a tarefa de integrar esses milhares de milhões de pessoas que se encontram privadas de comunidade. E devemos constatar que, bem ou mal, até agora o tem conseguido.

No entanto, continua a perceber-se confusamente o capitalismo, como uma força exterior e hostil à humanidade, seja porque a priva de pão ou porque a priva de “sentido”. Nas sociedades capitalistas avançadas, isto manifesta-se mediante a fuga de indivíduos separados para aquilo que os sociólogos denominam “a esfera privada”, ou seja, o ócio, a família ou o que resta dela, o grupo de amigos, etc. Desta forma desenvolve-se logicamente um mercado da separação, que se materializa nas ferramentas de comunicação-consumo. Mas no mundo das mercadorias, esse consumo do “estar juntos” acaba por ser um “possuir sozinho” que volta a cair na separação que se esperava que atenuasse.

O próprio trabalho, que constitui sempre a principal força de integração do capital, percebe-se cada vez mais como uma obrigação exterior e já só serve de um modo muito marginal para esboçar a identidade de indivíduos cada vez mais perdidos na massa e com cada vez mais falta de identidade própria. No

momento em que as profissões desaparecem e se vêem substituídas por funções que não requerem nenhuma competência particular, esta situação não é nada surpreendente. O “mundo do trabalho” também se converteu no mundo da incompetência. Algumas pessoas entendem esta dinâmica de desqualificação como algo decadente (e a dinâmica da integração mediante o capital cria os seus próprios “bárbaros” internos), mas também implica uma desmoralização do trabalho considerado por toda a gente como algo vazio de sentido, puramente arbitrário, uma obrigação exterior, uma exploração. A moral do trabalho que partilhavam antigamente burguesia e proletariado está-se a diluir no movimento da integração capitalista.

A integração capitalista (problema central que teremos de enfrentar mais à frente) percebe-se cada vez mais como algo artificial e, em todos os casos, é muito problemática e conduz ao que se poderia chamar uma neurose de massa, relacionada com o sentimento de se ter perdido todo o controle sobre a sua própria vida. O próximo movimento revolucionário não poderá iludir esta constatação já que essa impotência, que corresponde ao que se denominou noutro tempo alienação, é parte integrante da nossa relação com o mundo capitalista.

VI- “Proletários do mundo, não tenho nenhum conselho para vos dar!”

Não vamos cair no ridículo de apresentar aqui o que deverá ser o próximo movimento revolucionário. Ninguém pode afirmá-lo com certeza sem cair numa ideologia de substituição. Ainda assim, podemos imaginar a partir do que já existe aquilo que este movimento poderá ser, quer dizer, aquilo que na situação presente é o germen de uma situação futura.

A globalização do capital e a dissolução dos capitais nacionais implicam que se tratará de um movimento mundial, e não sob a forma caricatural de uma acção contra a OMC ou a UNCTAD (conferência das nações unidas sobre comércio e desenvolvimento) . Não se tratará de ir incendiar Frankfurt ou Bruxelas, mas de actuar contra o capitalismo tal como se apresenta aqui onde nos encontramos, porque aqui, onde nos encontramos, é onde se joga realmente a globalização. A globalização do capital é, também, a globalização da luta, e quando se decide em Nova Iorque o que se produz no México e se

empacota em Pas-de-Calais (uma região do norte de França), todo o ataque local tem repercussões globais.

A dissolução da consciência de classe e do velho movimento operário têm também como consequência que cada um se encontra só na sua vida, frente à exploração e à dominação, de forma simultânea. Já não há refúgio possível, nem comunidade onde fechar-se. A identidade que cada um construía através do trabalho tende a dissolver-se e a ser progressivamente substituída pela esfera do privado, do grupo de amigos ou familiares, do ócio. Mas com a massificação do ócio, a decomposição da família e a brutalidade das relações sociais, o particular encontra-se constantemente reenviado para o geral. O homem moderno é um homem público.

Nunca, no decurso de toda a história da humanidade, as pessoas se viram obrigadas a pensar-se de forma tão global, enquanto humanidade, à escala mundial. Isto é ao mesmo tempo sofrimento (pelo que se entende facilmente que alguns possam sentir-se atraídos para Zerzan (teórico neo-primitivista dos Estados Unidos) ou Kaczinski (mais conhecido como “*Unabomber*”) entre outras regressões) e é a condição da própria libertação. Os primitivistas querem libertar-se da humanidade, regressar à harmonia primordial da comunidade restrita e isolada. Mas tal regresso é impossível. Não há um “de fora” do capitalismo.

Em 1860, Marx ainda podia escrever em *O Capital* : “Para reencontrar o trabalho comum, quer dizer, a associação imediata, não temos necessidade de remontar à sua forma natural primitiva, tal como nos aparece no limiar da história de todos os povos civilizados. Temos um exemplo bem perto de nós na indústria rústica e patriarcal duma família de camponeses que produz para atender às suas próprias necessidades (...).”

Este “exemplo” desapareceu.

No entanto a actividade humana, ou quase toda, encontra-se regida pelo capitalismo, o que leva alguns- Zerzan ou Kaczinsky, e muitos outros- a sentir a falta dos “bons velhos tempos”, sejam primitivo-fusionais ou patriarcal-artesanais. Mas nenhuma destas formas de organização social conseguiu resistir ao capitalismo, pelo que nos parece muito difícil que possam constituir o seu futuro, a menos que se postule uma natureza da humanidade cuja manifestação seriam estas formas e também uma autodestruição do capitalismo (quer dizer, do mundo) numa catástrofe após a qual, ditas formas poderiam com toda a comodidade voltar a ocupar o seu lugar,

momentaneamente usurpado. Mas esta “autodestruição” do capitalismo seria, também, a nossa, pelo que devemos planejar o futuro a partir do capitalismo, quer gostemos quer não.

Já vimos que a globalização dos indivíduos extravasa consideravelmente os limites do trabalho assalariado. Cada um dos aspectos da vida está submetido a esta globalização, com o que, cada um dos aspectos da vida terá que ser transformado, unitariamente. Dito de uma forma mais simples, hoje não se pode mudar nada sem mudar tudo. Esta será a principal condição da revolução vindoura.

De forma muito concreta, cada problema que herdarmos do capitalismo apenas poderá resolver-se à escala de uma sociedade inteira. Resíduos nucleares, transportes, agricultura, tudo isto nos levará a decisões e modos de organização que deverão ser tratados globalmente, fora da propriedade privada e da divisão hierárquica do trabalho. E não se tratará apenas de trabalho.

O “mundo sem fronteiras” que o capitalismo criou para a mercadoria será efectivamente um mundo sem fronteiras para a humanidade. Não haverá direitos alfandegários.

Deixaremos para mais tarde a necessidade de desenvolver tudo o que isto implica. Poderíamos também analisar o que poderiam ser as formas de organização que as pessoas adoptariam, mas a enorme quantidade de problemas práticos que podem chegar a pôr-se será tal que deverão pôr-se em prática necessariamente soluções inéditas e sem dúvida marcadas com frequência pela urgência. A iniciativa individual será, quiçá, nessa altura tão importante como o consenso geral, sabendo nós que os dois são insubstituíveis. O debate permanece aberto e é também com respeito a todas estas perguntas que devemos “saber esperar”.

VII- Conclusão provisória

Neste texto tentámos evocar os principais limites e debilidades do cidadanismo. Não se trata somente de limites ou debilidades “teóricas”, mas sim bastante reais e que lhe serão fatais a curto ou longo prazo.

Também não se trata de ficarmos sentados de braços cruzados, “esperando” que o cidadanismo se afunde, dando magicamente lugar à revolução. Sem dúvida que ainda restam muitos recursos a este movimento, ele é capaz de se adaptar a novas condições. Mas precisamos, aqui, quais as condições às quais se não saberá adaptar. De qualquer forma, não fizemos mais do que esboçar uma crítica que outros prosseguirão.

Outra pergunta a que tratámos de responder é a que trata da maneira, como se deve abordar a crítica. Com demasiada frequência, alguns revolucionários criticam aqueles que consideram reformistas, com o único pretexto de que não são revolucionários. Isso é apresentar o debate como se se tratasse de um simples debate de opiniões, definitivamente iguais ou igualmente vazias: palavras ocas frente à toda poderosa realidade objectiva do mundo. Ao proceder assim pode-se defender qualquer coisa: preferir os índios de Zerzan aos *cowboys* de Kaczynski, o Renascimento à sociedade industrial, os proletários de boné aos jovens rappers que usam sapatilhas Nike.

O próximo movimento revolucionário também deverá falar a sua própria língua. Provavelmente não se expressará nos termos que aqui se empregam, que são os de uma certa tradição teórica. A linguagem teórica que empregamos é uma ferramenta para compreender a revolução que há de vir, mas não é essa revolução.

Deveremos sair do emprego mágico-afectivo da linguagem, que é a linguagem da alienação contemporânea, a linguagem dos que não têm nenhum poder prático sobre o mundo e que não podem, por isso, fazer outra coisa além de o sonhar. Só aqueles que não têm nenhum poder sobre o mundo podem dizer o que quer que seja sem medo de serem desmentidos, já que sabem que o seu discurso carece de consequências.

No mundo da integração capitalista, já não há nem verdade nem mentira: só sensações efémeras. E devemos deixar de ter medo da verdade. Se ocorre com frequência percebermos a vontade de dizer a verdade como uma dominação – um “fascismo”, uma vontade de hegemonia do discurso – é porque no mundo capitalista só os que dominam podem pretender dizer a verdade, já que são eles que a criam, que detêm o monopólio da “palavra verdadeira”. Mas esta verdade é tão manifestamente falsa e a nossa impotência na hora de a contestar tão esmagadora, que acabamos por ficar enojados com qualquer tentativa de procurar a verdade: por fim acabamos por duvidar da

possibilidade de poder dizer qualquer coisa certa, ou seja, na medida das nossas possibilidades, tornar o mundo em que vivemos inteligível.

No arbitrário do espectáculo tudo é uma questão de “pontos de vista”. Desde “o seu ponto de vista”, cada um pode ter razão ou não, e a indiferença liberal em relação ao outro, manifesta-se no respeito por todas as “opiniões”.

O apelo “revolucionário” à subjectividade, resíduo do surrealismo e do situacionismo vaneigemista (Raoul Vaneigem) é hoje mais reaccionário do que nunca, quando o próprio capitalismo apela à separação hedonista: “Sonhai, que nós faremos o resto”. Devemos, pelo contrário, falar de novo uma linguagem comum. Só poderemos realmente construir a nossa subjectividade sendo capazes, junto a outros, de captar a objectividade do mundo que partilhamos. Entender é dominar, logo poder mudar o mundo. Começar a tratar de entender é restabelecer a comunicação com o que nos rodeia, quebrar o gelo que nos separa.

Não criticámos os cidadanistas por não termos os mesmos gostos, os mesmos valores ou a mesma subjectividade... Nem criticámos os cidadanistas enquanto pessoas, mas sim o cidadanismo enquanto falsa consciência e enquanto movimento reaccionário, como se disse atrás, ou seja, como movimento que contribui para asfixiar o que ainda apenas existe em gérmen. Fizemos uma crítica do movimento histórico, ou pelo menos essa era a nossa intenção.

E tanto assim é, que não duvidamos que uma grande quantidade de pessoas, enredadas nas contradições do cidadanismo, no seu louvável desejo de actuar sobre o mundo, se unirão um dia aqueles que desejem transformá-lo realmente.

Não somos nem mais nem menos “radicais” do que o momento em que nos encontramos.

Alain C.



Éditions de l'ours sans drapeau, outubro 2017